

DIREITOS HUMANOS E DIVERSIDADE

**Melissa Andréa Smaniotto
(Organizadora)**

Atena
Editora
Ano 2019

Melissa Andréa Smaniotto
(Organizadora)

Direitos Humanos e Diversidade

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Lorena Prestes e Geraldo Alves

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

D598 Direitos humanos e diversidade [recurso eletrônico] / Organizadora
Melissa Andréa Smaniotto. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora,
2019. – (Direitos Humanos e Diversidade; v. 1)

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader.

Modo de acesso: World Wide Web.

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7247-182-4

DOI 10.22533/at.ed.824191303

1. Antropologia. 2. Direitos humanos. 3. Minorias. I. Smaniotto,
Melissa Andréa. II. Série.

CDD 323

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de
responsabilidade exclusiva dos autores.

2019

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos
autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

A obra “Direitos humanos e diversidade”, em seu volume 1 traz à tona discussões relevantes na sociedade contemporânea a partir de uma perspectiva interdisciplinar e multifacetada, o que propicia um olhar ímpar a partir da visão de mundo de autores, revelando uma preocupação em contribuir para a temática tendo como ponto de partida o viés educacional e cultural.

Neste sentido, se evidencia a imprescindibilidade de provocação dos protagonistas da construção do conhecimento, quais sejam, educadores e alunos, para que - na realidade que estão inseridos - disseminem reflexões e despertem nos mais diversos espaços sociais, atitudes comprometidas com a efetivação dos direitos humanos.

Além das escolas e universidades, a comunidade científica à luz da antropologia aprofunda o debate dos direitos humanos voltando-se para questões referentes à sexualidade, família, gênero, raça, idade, religião e liberdade de expressão e seus desdobramentos voltados na busca incessante de respeito à diferença, aceitação, pertencimento e sobretudo, de inclusão social.

Este volume 1, composto de 25 capítulos, tem como propósito difundir e aprofundar a percepção de que os direitos humanos estão implícitos e, muitas vezes, desrespeitados, na multiplicidade de situações que permeiam o dia-a-dia, objetivando-se dar visibilidade e amadurecer possíveis caminhos que se aproximem da efetivação de tais direitos, com olhos voltados à dignidade da pessoa humana.

Melissa Andréa Smaniotto

SUMÁRIO

| | |
|---|-----------|
| CAPÍTULO 1 | 1 |
| AFINAL, QUAL É O PAPEL DO SOCIOEDUCADOR COMO AGENTE DE DIREITOS HUMANOS? | |
| <i>Clawdemy Feitosa e Silva</i> <i>Sidelmar Alves da Silva Kunz</i> | |
| DOI 10.22533/at.ed.8241913031 | |
| CAPÍTULO 2 | 14 |
| ANDRAGOGIA: UM SABER NECESSÁRIO AOS PROFISSIONAIS QUE ATUAM NA EJA, PROEJA E TURMAS DE ACELERAÇÃO | |
| <i>Tiago Tristão Artero</i> <i>Giane Aparecida Moura da Silva</i> | |
| DOI 10.22533/at.ed.8241913032 | |
| CAPÍTULO 3 | 26 |
| DIREITOS HUMANOS E DIVERSIDADE NO CURRÍCULO DOS CURSOS DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES | |
| <i>Andréa Souza de Albuquerque</i> | |
| DOI 10.22533/at.ed.8241913033 | |
| CAPÍTULO 4 | 35 |
| DIREITOS HUMANOS E EDUCAÇÃO: REFLEXÕES DESDE O PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS | |
| <i>Messias da Silva Moreira</i> <i>Thaís Janaína Wenczenovicz</i> | |
| DOI 10.22533/at.ed.8241913034 | |
| CAPÍTULO 5 | 49 |
| EDUCAÇÃO INTEGRAL E INTERCULTURALIDADE | |
| <i>Soraya Cunha Couto Vital</i> <i>Sônia da Cunha Urt</i> | |
| DOI 10.22533/at.ed.8241913035 | |
| CAPÍTULO 6 | 63 |
| GESTÃO DEMOCRÁTICA E PARTICIPATIVA: ESTUDO DE CASO NA ESCOLA ESTADUAL IRENE ORTEGA, MIRASSOL D'OESTE – MT | |
| <i>Cláudia Lúcia Pinto</i> <i>Ieda Maria Brighenti</i> <i>Valcir Rogerio Pinto</i> <i>Elaine Maria Loureiro</i> | |
| DOI 10.22533/at.ed.8241913036 | |
| CAPÍTULO 7 | 75 |
| GESTOR/COORDENADOR PEDAGÓGICO COMO PROMOTOR MULTIPLICADOR, DOS DIREITOS HUMANOS E DA EDUCAÇÃO PARA A PAZ, NO CONTEXTO ESCOLAR | |
| <i>Carlos Fernando do Nascimento</i> <i>Cleonildo Mota Gomes Júnior</i> | |
| DOI 10.22533/at.ed.8241913037 | |

| | |
|---|------------|
| CAPÍTULO 8 | 90 |
| O CINEMA ALÉM DO INGRESSO PAGO: A PRODUÇÃO EM DIREITOS HUMANOS NA ESCOLA | |
| <i>Letícia Brambilla de Ávila</i> | |
| DOI 10.22533/at.ed.8241913038 | |
| CAPÍTULO 9 | 106 |
| O CONTEÚDO DE LUTAS NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA: UM DIREITO A SER CONQUISTADO | |
| <i>Luiz Frederico Pinto</i> | |
| <i>Tiago Tristão Artero</i> | |
| DOI 10.22533/at.ed.8241913039 | |
| CAPÍTULO 10 | 111 |
| O PRONATEC E O DIREITO À FORMAÇÃO PARA O TRABALHO NA REDE ESTADUAL DE ENSINO DE MS | |
| <i>Arão Davi Oliveira</i> | |
| <i>Valdivina Alves Ferreira</i> | |
| <i>Celeida Maria Costa de Souza e Silva</i> | |
| DOI 10.22533/at.ed.82419130310 | |
| CAPÍTULO 11 | 128 |
| UMA AÇÃO DE CAPACITAÇÃO DE PROFESSORES PARA O ENSINO DA TEMÁTICA INDÍGENA EM MATO GROSSO DO SUL | |
| <i>Victor Ferri Mauro</i> | |
| DOI 10.22533/at.ed.82419130311 | |
| CAPÍTULO 12 | 141 |
| A EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS: SUA INTERFACE COM OS DIREITOS CULTURAIS E A PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO-CULTURAL CIDADINO | |
| <i>Tatiane Vieira de Aguiar Barreto</i> | |
| DOI 10.22533/at.ed.82419130312 | |
| CAPÍTULO 13 | 157 |
| A IMAGEM DO NEGRO NA PUBLICIDADE: COMPARATIVO BRASIL E SUÉCIA | |
| <i>André Isídio Martins</i> | |
| <i>Jaci de Fátima Souza Candiotto</i> | |
| DOI 10.22533/at.ed.82419130313 | |
| CAPÍTULO 14 | 171 |
| A LIBERDADE DE EXPRESSÃO E O DISCURSO DE ÓDIO: O ETNOCENTRISMO RELIGIOSO LEGITIMANDO ABUSOS | |
| <i>Francisco das Chagas Vieira dos Santos</i> | |
| <i>Clara Jane Costa Adad</i> | |
| DOI 10.22533/at.ed.82419130314 | |

CAPÍTULO 15 184

A REPRESENTAÇÃO E O LUGAR DO NEGRO NOS LIVROS DIDÁTICOS

Lídia Maria Nazaré Alves
Aparecida Gomes Oliveira
Murilo Américo da Silva
Fabírcia Santos Miguel

DOI 10.22533/at.ed.82419130315

CAPÍTULO 16 194

ADOÇÃO DE CRIANÇAS NEGRAS: PRECONCEITO X A PRÁTICA INCLUSIVA

Fabianne da Silva de Sousa
Maira Nunes Farias Portugal

DOI 10.22533/at.ed.82419130316

CAPÍTULO 17 206

AS BORDADEIRAS DA COMUNIDADE ESPÍRITA DISCÍPULO DE JESUS COMO AGENTES DO DESENVOLVIMENTO LOCAL - BAIRRO NOVA LIMA – CAMPO GRANDE – MS

Mariel Guerreiro da Fonseca Martins
Dolores Ribeiro Coutinho
Maria Augusta de Castilho

DOI 10.22533/at.ed.82419130317

CAPÍTULO 18 216

BANCADA PARLAMENTAR EVANGÉLICA: UMA MORAL RELIGIOSA QUE LIMITA A APLICAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS

Larissa Maria de Queiroz

DOI 10.22533/at.ed.82419130318

CAPÍTULO 19 228

CULTURA SURDA E LITERATURA NO ESPAÇO ESCOLAR: UM EXERCÍCIO DE DIREITO AO ESTUDANTE SURDO

Michele Vieira de Oliveira
João Paulo Romero Miranda
Rosana de Fátima Janes Constâncio
Adriano de Oliveira Gianotto
Andréa Duarte de Oliveira

DOI 10.22533/at.ed.82419130319

CAPÍTULO 20 237

DESCOLONIZAR A UNIVERSIDADE: POR METODOLOGIAS DESCOLONIAIS E FEMINISTAS NO ENSINO JURÍDICO BRASILEIRO

Roberta Laena Costa Jucá
Vanessa Oliveira Batista Berner

DOI 10.22533/at.ed.82419130320

| | |
|--|------------|
| CAPÍTULO 21 | 258 |
| DIREITO DOS IDOSOS EM UMA UNIDADE DE CUIDADOS CONTINUADOS INTEGRADOS | |
| <i>Ane Milena Macêdo de Castro</i> | |
| <i>Josyenne Assis Rodrigues</i> | |
| <i>Gleice Kelli Santana de Andrade</i> | |
| <i>Anna Alice Vidal Bravahlieri</i> | |
| <i>Danielle Mayara Rodrigues Palhão de Rezende</i> | |
| <i>Lariane Marques Pereira</i> | |
| <i>Francielly Anjolin Lescano</i> | |
| <i>Tuany de Oliveira Pereira</i> | |
| <i>Alexandra Bazana da Silva Costa</i> | |
| <i>Edivania Anacleto Pinheiro</i> | |
| DOI 10.22533/at.ed.82419130321 | |
| CAPÍTULO 22 | 263 |
| DIREITOS HUMANOS, EDUCAÇÃO E SEXUALIDADES: SOBRE CONSERVADORISMOS, FUNDAMENTALISMOS E PÂNICOS MORAIS | |
| <i>Cristiano Figueiredo dos Santos</i> | |
| DOI 10.22533/at.ed.82419130322 | |
| CAPÍTULO 23 | 279 |
| O SISTEMA DE COTAS PARA INGRESSO NAS UNIVERSIDADES BRASILEIRAS À LUZ DAS AÇÕES AFIRMATIVAS E DOS PRINCÍPIOS DA IGUALDADE E DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA | |
| <i>Aparecida França</i> | |
| <i>Katlein França</i> | |
| <i>Reginaldo França</i> | |
| DOI 10.22533/at.ed.82419130323 | |
| CAPÍTULO 24 | 294 |
| A EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS NO ENSINO SUPERIOR | |
| <i>Sandra Maria Rebello de Lima Francellino</i> | |
| <i>Luciane Pinho de Almeida</i> | |
| DOI 10.22533/at.ed.82419130324 | |
| CAPÍTULO 25 | 305 |
| A EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS E O RECONHECIMENTO DA IGUALDADE NA DIFERENÇA: UMA EXPERIÊNCIA DE APROXIMAÇÃO ENTRE JOVENS DE DIFERENTES REALIDADES | |
| <i>Alaine Elias Amaral</i> | |
| <i>Lorene Almeida Tiburtino-Silva</i> | |
| <i>Josemar de Campos Maciel</i> | |
| DOI 10.22533/at.ed.82419130325 | |
| SOBRE A ORGANIZADORA | 314 |

O CONTEÚDO DE LUTAS NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA: UM DIREITO A SER CONQUISTADO

Luiz Frederico Pinto

Graduando em Educação Física pela UFMS/ Campus do Pantanal, professor instrutor faixa preta de jiu-jitsu, professor instrutor de boxe, kick boxing e mma.

hulk-mma@hotmail.com

Tiago Tristão Artero

Graduado em Educação Física, Especialista em Neuropsicopedagogia e Desenvolvimento Humano, A Saúde Pública com ênfase em Saúde da Família, Gestão Educacional. Professor EBTT do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul – *Campus* Corumbá.

tiago.artero@ifms.edu.br

agressividade e o respeito mútuo.

PALAVRAS-CHAVE: lutas, educação física, políticas públicas.

GRUPO DE TRABALHO

Políticas públicas e direitos humanos.

PROBLEMA DE PESQUISA

Por que o conteúdo das lutas nas aulas de Educação Física ainda não é um direito efetivo na formação dos alunos, em especial, no trabalho com as questões relacionadas à violência?

OBJETIVOS

Elencar elementos que embasem a prática do conteúdo lutas nas aulas de Educação Física.

Compreender as limitações encontradas no trabalho com o conteúdo das lutas no contexto escolar.

Esclarecer que o trabalho com o conteúdo das lutas é direito dos alunos e esta pode garantir que a temática da violência receba a devida atenção.

RESUMO: Este trabalho visa buscar na literatura elementos que embasem a prática do conteúdo lutas nas aulas de Educação Física. Para tanto, é necessário conhecer as políticas públicas contidas nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) que fomentam a discussão a respeito dos saberes essenciais para o professor de educação física ministrar este conteúdo no contexto de suas aulas. Dessa forma, será necessário entender os impedimentos encontrados no trabalho desta cultura de movimento, os ganhos sociais ao se trabalhar com as lutas e com a temática da violência para que se compreenda os direitos humanos na abordagem de temas como a

REFERENCIAIS TEÓRICO-METODOLÓGICOS

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) trazem possibilidades de trabalho a partir da luta no contexto escolar das aulas de Educação Física, indicando, a partir da cultura corporal de movimento, possibilidades de análise desta prática na sociedade. Orienta a oportunização quanto a necessidade de realizar um trabalho de cultivar as lutas, dentre diversos motivos, porque poderiam correr o risco de serem esquecidas, dentro de uma manifestação de cultura popular (BRASIL, 1998, p.39). Alerta que a mídia pode transformar os significados da luta, influenciando a construção de uma cultura corporal de movimento direcionada a interesses de utilizar estas manifestações como produto de consumo. Em relação à formação dos alunos os PCN trazem que os “alunos também tomam contato, às vezes precocemente, com práticas corporais e esportivas do mundo adulto” (BRASIL, 1998, p.32). Este pode ser um elemento de análise quanto ao questionamento de que a busca pelo melhor gesto técnico não é prioridade quando o assunto é utilizar-se das manifestações corporais como ponto de mediação para gerar reflexões.

A significação da luta para as crianças e jovens podem estar vinculadas a uma visão de que “são consumidores potenciais do esporte-espetáculo, senão como torcedores nos estádios e quadras, ao menos como espectadores de televisão”. (BRASIL, 1998, p.32). Esta manifestação vai contra o direcionamento da luta como uma cultura corporal que sugere a “superação do ensino (...) que toma por base a compreensão dos sujeitos como movimentos de “homens máquinas”, reprodutores de gestos estereotipados, como os dos esportes-espetáculos” (SO, BETTI, 2009, p.540). Esta superação visa encontrar formas de contextualizar as lutas questionando as contradições encontradas na concepção de indivíduos reprodutores e consumidores da luta alheia a uma visão crítica, sabendo diferenciar “os contextos amador, recreativo, escolar e o profissional, reconhecendo e evitando o caráter excessivamente competitivo em quaisquer desses contextos”.

Betti e So sugerem uma abordagem “em direção de um ensino que possibilite a apropriação e recriação crítica e autônoma das diversas manifestações da cultura de movimento” (SO, BETTI, 2009, p.540). Para tanto, o documento que traz os parâmetros sugerem para a prática das lutas a possibilidade de “adotar atitudes de respeito mútuo, dignidade e solidariedade (...) buscando encaminhar os conflitos de forma não-violenta, pelo diálogo” (BRASIL, 1998, p.89).

A abordagem sugerida para o trabalho com o conteúdo lutas vem ao encontro de trabalhar a temática da violência, na qual o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), em seu artigo 5º cita que a sociedade em geral deve garantir que nenhuma “criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais” (BRASIL, 1990). Isto fica claro,

em especial, quando o PCN (BRASIL, 1998), em seus conceitos e procedimentos, indica como conteúdo que perpassa as lutas a análise do esporte e violência. Isso pode ser feito a partir da análise dos “aspectos histórico-sociais das lutas (...) compreensão e vivência de lutas dentro do contexto escolar (lutas x violência)” (BRASIL, 1998, p.97), direcionando a compreensão “do ato de lutar: por que lutar, com quem lutar, contra quem ou contra o que lutar” (BRASIL, 1998, p.97). Este direcionamento dos olhares e da própria análise social que se faz é corroborado por Darido (2003) ao indicar que o trabalho da luta exige o cuidado em demonstrar como fazer esta prática sem machucar o colega, em entender, estudar e vivenciar as lutas por meio da cooperação e do êxito de todos.

Fica claro que a concepção de luta pode ser direcionada a uma análise social, da mídia e da violência em si, entendida por muitos como intrínseca ao ato de lutar. So e Betti (2009) conduzem reflexões sobre a preparação do professor para conduzir o conteúdo de lutas, quando indagam se o “professor precisa ter tido uma vivência de lutas para tratar deste conteúdo? Que saberes são necessários para dar aula de luta na escola? Quais são os conhecimentos específicos da luta e como se dá sua transposição prática?” (SO, BETTI, 2009, p.545). Importantes questionamentos que não podem servir de motivação para não trabalhar a luta na escola, pelo contrário, podem servir de ponto de debate a respeito de quais os conhecimentos fundamentais para desenvolver a luta na escola.

Quanto aos conhecimentos que permitirão desenvolver melhor este conteúdo, So e Betti (2009) citam que na escola, possivelmente, a maior necessidade não esteja relacionada ao domínio das técnicas e o desempenho esportivo. É válida esta reflexão, uma vez que os conhecimentos basilares, ou da técnica, ou das reflexões proporcionadas a partir das lutas podem ou não terem sido adquiridos na licenciatura.

(...) o professor dever conhecer aspectos filosóficos, a história, as regras das lutas, conhecimentos nem sempre disponibilizados na sua formação acadêmica, ou nas propostas pedagógicas escolares. Portanto, fica claro que este professores precisaram estudar, confrontar e reformular seus saberes docentes para ministrar o conteúdo luta em suas aulas (SO, BETTI, 2009, p.551).

A dificuldade de se trabalhar com a luta, direito do aluno – pois consta nos documentos que versam acerca dos conteúdos da Educação Física – pode decorrer da falta deste conteúdo na própria formação acadêmica. Os autores reforçam a importância deste conteúdo e a capacidade dos professores ministrarem nesta área quando indicam que:

(...) entendemos que a luta é uma manifestação de cultura de movimento que não pode ser negada, e seu ensino na escola não exige que o professor seja treinador ou professor de artes marciais, já que não se pretende formar um atleta/lutador, mas sim que os alunos se apropriem e apreciem elementos das lutas como manifestações da cultura de movimento (SO, BETTI, 2009, p.551).

No entanto, para que o professor tenha uma bagagem para ser trabalhada e desenvolvida com os alunos, é preciso que, em sua formação, tenha tido uma vivência e experiência corporal relacionada à área das lutas. Se as práticas corporais, os saberes, pesquisas e a produção de conhecimento não tiverem ocorrido durante o período da graduação, uma próxima etapa ainda seria possível no período pós faculdade, mesmo que em nível complementar ou de especialização. Sabe-se da dificuldade financeira e operacional de uma formação após o período da graduação, o que reforça a importância de que estes saberes teórico-práticos sejam proporcionados durante o período da graduação, não somente com as lutas, mas, também, com as danças, com as práticas circenses e tantas outras, por vezes, renegadas em sua potencialidade de formação integral do indivíduo.

Ao professor apropriar-se desta possibilidade de trabalho pedagógico, Lançanova (2007, p.08) introduz um sentido fundamental nesta ação, dizendo que as lutas avançam para a formação integral do aluno e o potencial pedagógico inclui uma ação corporal exclusiva, devido toda história e acervo cultural que pode ser resgatado a partir das lutas no contexto escolar.

Portanto, além de ser direito do aluno receber os conhecimentos das lutas, do direcionamento da agressividade e valorização do respeito aos seus pares, é direito seu, também, superar questões relacionadas à violência no âmbito das lutas e na sociedade e poder analisar de maneira crítica aquilo o que permeia o senso comum, entendendo as contradições postas. Por fim, entender que o ECA (BRASIL, 1990) diz que a sociedade deve garantir que crianças e adolescente não serão objetos de qualquer forma de violência, implica em falar sobre a violência e encontrar meios para trabalhar esta temática, contexto que pode ser proporcionado com riqueza utilizando as lutas como processo de mediação.

RESULTADOS ALCANÇADOS

Como resultado das pesquisas na literatura relacionada às lutas, as limitações na abordagem no ambiente escolar e os possíveis encaminhamentos quanto ao trabalho com a temática da violência, verificou-se, a partir dos autores e documentos pesquisados, que o conteúdo das lutas pode ser trabalhado, por exemplo, para abordar a temática da violência e que os aspectos técnicos e esportivos não deveriam ser a maior preocupação, uma vez que gestos estereotipados, decorrentes de uma esportivização precoce e do esporte-espetáculo, bem como a preocupação excessiva pela melhor técnica, não são prioridades em uma aula de Educação Física.

BIBLIOGRAFIA UTILIZADA

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos**. Brasília: MECSEF, 1998.

_____. Ministério da Justiça. **Estatuto da criança e do adolescente**. Brasília: CBIA, Unicef, 1990.

SO, MARCOS ROBERTO, BETTI, MAURO. **Saber ou fazer? O ensino de lutas na Educação Física escolar**. Colóquio de pesquisa qualitativa em motricidade humana: as lutas no contexto da motricidade/simpósio sobre o ensino de graduação em educação física 15 (2009): 540-553.

CORREIA, W.R; FRANCHINI, E. **Produção Acadêmica em Lutas, artes marciais e esportes de combate**. Motriz , Rio Claro, v.16, n.01, p.01-09, 2010.

DARIDO, Suraya Cristina. **Educação física na escola: questões e reflexões**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2003.

FREITAS, Wiliam Soares de. **Lutas: Uma Proposta na Educação Física Escolar**. São Paulo – SP. Ed Avercamp, 2007. p. 131 – 156.

LANÇANOVA, J. E. S. **Lutas na educação física escolar: alternativas pedagógicas**. 2007. Disponível em: <http://lutasescolar.vilabol.uol.com.br/lutas_na_educ_fis_escolar.pdf>. Acesso em 12 jun 2017.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-182-4



9 788572 471824